

# Assinámos acordo no domínio das pescas com África do Sul

27/11/84

O Secretário de Estado das Pescas do nosso País, Tenreiro de Almeida, e o Ministro sul-africano do Meio Ambiente e Turismo, John Wiley, assinaram ontem, em Maputo, um acordo no domínio das pescas entre os Governos dos dois países da África Austral. Na mesma ocasião, foi assinado um protocolo de acção para pôr em execução aquele acordo. Um documento que prevê a concessão de um crédito de dois milhões de randes pelo IDC da África do Sul ao Banco de Moçambique, também foi ontem assinado. O Ministro sul-africano chegara na manhã de ontem a Maputo, tendo regressado no mesmo dia ao seu País.

O acordo agora assinado, resultado de contactos iniciados em Janeiro do corrente ano, traça o quadro geral das relações pesqueiras entre os dois países, para os próximos três anos.

Ele abrange essencialmente dois campos de actuação, nomeadamente

ciamento de exportações de empresas da África do Sul para empresas pesqueiras moçambicanas.

Estas exportações constam de serviços de reparação naval e de material e equipamento de pesca.

A concessão de licenças de pesca

car-se-ão à pesca de camarão, caranguejo de profundidade, lagosta e lagostim, com arrastões, e à pesca de peixe à linha com barcos próprios.

Na pesca de crustáceos, a companhia «Quintas Seafoods» empregará quatro navios e a «Sterling Fisheries» apenas dois. Por outro lado, para a pesca à linha, haverá cinco empresas, cada uma com a sua embarcação.

Os navios-arrações poderão actuar na área compreendida entre as latitudes 10 graus e 30 minutos Sul e 26 graus e 30 minutos Sul, ou seja a partir de Sul do Rovuma, até ao Norte da Ponta de Ouro, mas unicamente fora da área de 12 milhas a partir da costa, pois, até essa zona, a pesca é restringida a embarcações moçambicanas.

A pesca à linha poderá ser efectuada a partir de três milhas da costa, mas em áreas específicas.

Soubemos também que existe um acordo entre a PESCO Internacional e as empresas sul-africanas, com contratos de pesca, para a comercialização conjunta, na África do Sul, dos crustáceos pescados pelas ditas empresas em águas moçambicanas.

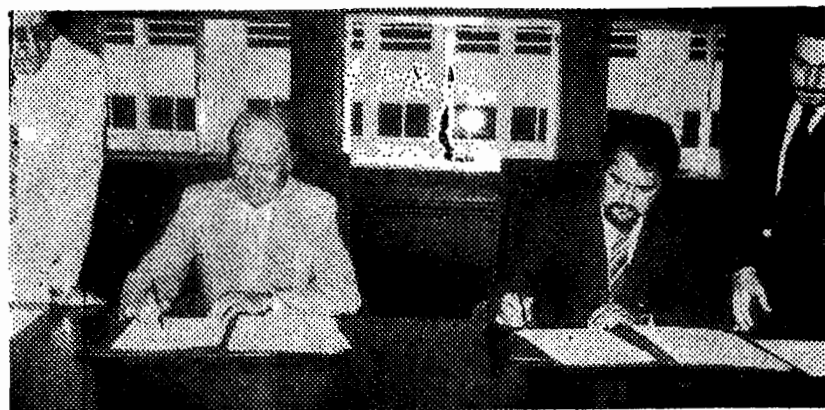
A segunda área de cooperação, prevista no protocolo de acção, é a da investigação.

Dado que Moçambique e a África do Sul possuem um sistema ecológico marítimo comum, será desenvolvida a cooperação na gestão e conservação dos recursos marítimos, que sejam comuns a ambos (essencialmente crustáceos).

Por outro lado, de forma a beneficiar cada país com os conhecimentos sobre recursos marítimos que o outro possui, haverá troca de informações técnicas e científicas. Está previsto o estabelecimento de programas de acção entre o Instituto de Investigação Pesqueira de Moçambique e o Instituto de Investigação de Pesca Marítima da RAS (SFRI).

Deste modo, espera-se a visita no próximo dia 10 de Dezembro do Director do SFRI, para além da possibilidade de um barco pesqueiro sul-africano se deslocar ao nosso País, para fazer investigações científicas.

Por último, neste campo, os dois Institutos farão o acompanhamento do ponto de vista científico da actividade pesqueira económica dos dois países.



Assinatura do acordo governamental no domínio das pescas entre Moçambique e a África do Sul, ontem em Maputo, vendo-se à esquerda o Ministro sul-africano, John Wiley e à direita o Secretário de Estado, Tenreiro de Almeida

os campos económico e comercial e os campos técnico e científico.

O protocolo de aplicação do acordo, assinado pelo Director de Economia da Secretaria de Estado das Pescas da RPM e pelo Director de Pescas da África do Sul, além de criar comissões conjuntas, que se reúnem todos os anos, estabelece um programa de acção até ao fim do ano de 1985.

No protocolo, são definidas duas áreas de cooperação: uma, económica, que prevê a concessão de licenças de pesca a armadores sul-africanos e a concessão de um crédito de dois milhões de randes, por parte da Corporação sul-africana para o Desenvolvimento Industrial (IDC), para o finan-

foi somente feita, até ao momento à empresa pesqueira da cidade de Durban. Segundo nos disse uma fonte moçambicana, ligada ao sector das pescas, essas empresas actuaram em Moçambique antes da independência e prosseguiram com a sua actividade mesmo depois dessa data, embora ilegalmente.

Contudo, às empresas sul-africanas, que tenham pescado legalmente após o início dos contactos oficiais entre a RPM e RAS, em Janeiro último, não serão concedidas licenças.

As empresas beneficiadoras das licenças, num total de sete, terão quotas de pesca definidas, para o período até 31 de Março de 1985, e dedi-